

P7

**Padre Jonas**

Após um merecido recesso, oportunidade em que o repensar das atividades de cada um de nós ocupou o ponto máximo das análises próprias, começamos o quarto Semestre da 1ª Legislatura do Distrito Federal. Na verdade, é um período muito difícil para todos, porque as definições dos poderes legalmente constituídos começam a ser a tônica do momento. O que pensamos num passado muito próximo e que seria para um futuro longínquo, está sendo exigido agora, visto que o conjunto das ações da administração pública assim o requer. Será um semestre que promoverá um desdobramento sobre-humano de cada parlamentar, visto que a conjuntura brasileira quer soluções a curto prazo e a promulgação da Lei Orgânica do DF passou a ser a esperança de dias melhores para muitos, pois a intranquilidade é um fator dominante no espírito da maioria das classes. Como sempre, parece que o bom entendimento será a peça fundamental entre todos os componentes desta Casa. Vamos cultivá-lo e desenvolvê-lo a todo custo, como ajudar a vencer esta etapa crucial de nossa História.

De início, nossa principal atenção volta-se para um problema amplamente divulgado por nossa imprensa e que até o presente momento não encontra solução: o drama vivido pelo Hospital das Forças Armadas (HFA). As manchetes, as caricaturas humorísticas, os editoriais e outros documentários importantes de nossos jornalistas não foram suficientes para provocar uma mobilização conjunta dos poderes públicos da União. Sabemos que não compete diretamente a nós resolver esta situação criada por motivos ainda não explicados pelas autoridades federais, entretanto, indiretamente somos compelidos diante do Artigo 23, inciso II, da Constituição, que afirma: É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:

II — cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, razão pela qual nossa participação junto aos órgãos responsáveis será de grande valia às comunidades brasilienses, visto que aquele nosocó-

mio existe há mais de 20 anos, constituindo-se num patrimônio médico-hospitalar da capital da República. Privatizá-lo, parece não ser uma ação adequada para o momento. Desativá-lo, da maneira como vem ocorrendo, é enfraquecer nosso sistema de saúde pública que já está debilitado ao máximo. Fechá-lo, será um crime contra a população desta metrópole do terceiro milênio. Reabilitá-lo, dando-lhe meios de funcionar em toda a sua plenitude, mediante racionalização e continuidade administrativa para que o atendimento médico-hospitalar não sofra solução de continuidade. É uma questão de amor ao próximo e de valorização da vida do homem em nosso País, ratificando "a dignidade da pessoa humana" constante dos fundamentos da Carta Magna.

De qualquer forma, a realidade dos fatos tem que ser encarada: o Hospital das Forças Armadas está gravemente enfermo e seu problema não é político e não será com política que se resolverá, necessitando haver uma força singular que busque a mesma qualidade de serviços prestados, com aporte de mais recursos financeiros e possibilidades de manter e ampliar importantes convênios de expressão político-social, para que possa voltar a ser a casa de saúde de outrora, que prestou grandes e inestimáveis serviços a todos que a ela recorreram. É preciso lembrar que nesse estabelecimento hospitalar estiveram e ainda estão trabalhando excelentes profissionais, cujas atividades são lembradas por muitos que por lá passaram, ocasião que o pronto-atendimento sempre foi executado com carinho especial e a ciência médica primou pela aplicabilidade. Também não devemos esquecer que o HFA está dotado de equipamentos valiosos e

situado numa área privilegiada para atendimento, considerada de grande utilidade porque é circundada por uma massa humana expressiva. Além disso, se Brasília pretende ser a sede dos Jogos Olímpicos do ano 2000, não será nada agradável para nós brasileiros, perante o Comitê Olímpico Internacional, permitir o encerramento das atividades de um hospital que tem condições de sobra para atender a todas as delegações que aqui comparecerem, constituindo-se num suporte de suma importância para nossas reivindicações futuras, junto às comunidades esportivas internacionais. Então, só nos resta agir pela total recuperação desse importante suporte de saúde do início do terceiro milênio. Vamos esquecer, por uns momentos de nossas divergências político-partidárias, usar do bom entendimento que sempre marcou os caminhos da Câmara Legislativa e partir juntos para ajudar a restabelecer aquilo que interessa a todos: a ampliação e a consolidação definitiva do nosso sistema de saúde pública.

Vale ressaltar que talvez este seja o semestre de maior importância em nossa caminhada legislativa, valendo a pena lembrar das palavras do inesquecível sanitarista brasileiro Emílio Marcondes Ribas ao seu colega Vital Brasil, por ocasião do início das atividades do Instituto Butantã: "Não entendo por que somos duramente criticados pela criação deste laboratório, que produzirá algo em prol da saúde de nosso país, enquanto esses mesmos críticos aplaudem de pé as inaugurações de obras castelares, que só servirão para mostrar um passado que não volta mais".

■ Padre Jonas é deputado distrital pelo PTR

